
A SUBJETIVIDADE DOS ENTRAVES NA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR

THE SUBJECTIVITY OF BARRIERS IN THE INCLUSION OF DEAF STUDENTS IN REGULAR EDUCATION

Maria Anunciada de Barros Lima Vieira

Licenciada em Letras-Libras pelo PARFOR/UFPI. Licenciada em Educação Física pelo PARFOR/UESPI. Professora aposentada da rede estadual do Piauí (SEDUC).
E-mail: anunciadavieira.av@gmail.com

Renária Rodrigues de Castro

Graduada em Letras-Libras (UFPI/2019), graduada em Pedagogia (UESPI/2008), especialista em Educação Contextualizada para o Semiárido (UESPI/2012), professora efetiva da Secretaria Municipal de Educação de Picos e Coordenadora Pedagógica do Centro Estadual de Educação Profissional Petrônio Portela.
E-mail: renaria.castro1@gmail.com

RESUMO

O presente estudo é o resultado de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa, cujo objetivo geral foi identificar os principais entraves da inclusão de alunos surdos no âmbito da escola regular. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n. 9394/1996, a educação inclusiva garante a inserção dos alunos surdos no ensino fundamental e médio sem distinção. A amostra foi composta por três professores e dois alunos surdos do ensino médio de uma escola da Rede Estadual de ensino, da cidade de Picos-PI. A maioria dos professores são favoráveis à inclusão e os alunos surdos afirmaram ser difícil a comunicação, em sala, com agentes do processo aprendizagem. Constatou-se que a falta de capacitação dos professores e de recursos humanos e didáticos restringe a aprendizagem dos alunos surdos. Foram elencados os seguintes autores Sanche e Teodor (2006), Sant'ana (2005), Mantoan (2005), para embasamento do artigo.

Palavras-chaves: Inclusão. Surdez. Escola Regular.

ABSTRACT

The present study is the result of an exploratory and descriptive research with a qualitative approach, whose general objective was: to identify the main obstacles to the inclusion of deaf students in the scope of regular school. According to the Education Guidelines and Bases Law, Law no. 9394/1996, inclusive education guarantees the insertion of deaf students in elementary and high school without distinction. The sample consisted of three teachers and two deaf high school students from a state school in the city of Picos-PI. Most teachers are in favor of inclusion and deaf students said it was difficult to communicate in the classroom, with agents of the learning process. It was found that the lack of teacher training and human and didactic resources restricts the learning of deaf students. The following authors were listed Sanche & Teodor (2006), Sant'ana (2005), Mantoan (2005), to support the article.

Keywords: *Inclusion. Deafness. Regular School.*

INTRODUÇÃO

Desde o início das civilizações as pessoas com deficiência não eram consideradas ajustáveis aos padrões da normalidade, estavam à margem da sociedade, por esta entender que o indivíduo com deficiência era um castigo dos deuses para seus familiares. Assim, surgiram os preconceitos dirigidos às pessoas com deficiência que eram consideradas incapazes e que, muitas vezes, negavam-se a elas os direitos de receber a herança de família.

Era explícito a existência do abandono e preconceito social para com as pessoas surdas e demais deficiências também para com seus familiares perante a sociedade. No fim da idade média e início da idade moderna, com a propagação da fé cristã movida pela Igreja Católica incutindo nos fiéis que toda vida humana importa, fez com que surgisse vários conventos e instituições para acolher e alimentar as crianças com deficiência que eram rejeitadas pelas famílias. Somente no início da idade contemporânea que surgiram as ideias de luta que buscaram a integração e inclusão das pessoas com deficiência na sociedade, inclusive as das pessoas surdas, pois alguns educadores já haviam comprovado que a pessoa surda poderia se expressar e comunicar por sinais, caracterizando assim, uma diferença linguística.

Conforme se pode observar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), Lei n. 9394/1996, capítulo V regulamenta a educação especial nos artigos 58 a 60 para garantir a inserção de todos os alunos com deficiência na educação básica, preferencialmente na rede regular de ensino. Ou seja, subentende-se nessa lei que não se deve excluir nenhum aluno com qualquer que seja a deficiência. Compete às escolas planejar de forma inclusiva suas ações e acolher experiências adequadas para que se alcancem os objetivos esperados na educação dessas pessoas.

A escolha pelo tema foi orientada por questões relevantes dentro do espaço acadêmico também por questões sociais, pois atualmente, a inclusão é uma temática relevante e que deve ser pensada minimamente. No âmbito acadêmico, essa discussão é fundamental por apresentar razões a serem pensadas no processo de inclusão, trazendo novos questionamentos e desafios para o ensino regular, para a família, para a pessoas com surdez e para a escola, todos devem pensar em promover uma educação de qualidade para os discentes com deficiência. E no plano social, a importância do tema vincula-se a ideia de que em pleno século XXI não se admite mais a exclusão de alunos com deficiência, sendo que cabe à escola ofertar a matrícula destes alunos

A SUBJETIVIDADE DOS ENTRAVES NA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR

e oferecer-lhes condições de acesso e principalmente de permanência na escola, cumprindo-se assim, o que propõe as leis do nosso país.

Nesse contexto, e analisando a realidade local, surgem questionamentos quanto à efetivação da Política de Educação Especial: Quais os principais entraves encontrados no processo de inclusão dos alunos surdos no ensino regular?

O objetivo geral da pesquisa é identificar os principais entraves da inclusão de alunos surdos no âmbito da escola regular. Os objetivos específicos são: descrever as principais políticas educacionais destinadas à inclusão de alunos especiais na escola regular e sugerir estratégias de inclusão do aluno surdo na sala regular de forma a contribuir para a efetiva aprendizagem. A pesquisa foi realizada numa escola da rede pública estadual de ensino, situada no bairro Parque de Exposição na cidade de Picos, que foi escolhida por ter uma quantidade significativa de alunos com surdez e tem enfrentado dificuldades para se adequarem ao ensino regular. Os sujeitos participantes desse estudo foram 3 professores e 2 alunos surdos do ensino médio da referida escola, a fim de que possam esclarecer quais os principais entraves que eles encontram para a inclusão de alunos com surdez no ensino regular.

Essa pesquisa trata-se de um estudo de caráter exploratório e descritivo de abordagem qualitativa por caracterizar-se pelo seu caráter descritivo, indutivo, particular e a sua natureza heurística pode levar à compreensão do próprio estudo.

Os resultados da pesquisa foram satisfatórios, pois os objetivos propostos foram alcançados e foi de suma importância para a atuação profissional, pois ampliou o conhecimento sobre linguagem dos alunos com surdez e constatou-se que a história da surdez na escola pública está começando a quebrar preconceitos e ultrapassar barreiras.

O PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO COM SURDEZ NA ESCOLA REGULAR

A inclusão proporciona a interação social e educacional entre indivíduos com características diversificadas. Além disso, oferece à própria sociedade a convivência com o diferente para que haja o rompimento de preconceitos, uma vez que as relações acontecem naturalmente num ambiente em que todos buscam novos conhecimentos.

A inclusão e seus fundamentos teóricos envolve a concepção de uma educação de qualidade para todos respeitando a diversidade de seus alunos, “independente de seu sexo, cor, origem, religião, condição física, social ou intelectual, o que coloca o problema da gestão de diferença, considerando a diferença uma força e uma base de trabalho” (SANCHES; TEODORO, 2006, p. 70). A educação inclusiva pressupõe um ensino ajustado às diferenças e às necessidades individuais de todo o seu alunado, para isso deve haver diversas modificações na estrutura física, no ensino, no método e na didática oferecidos pela escola.

Segundo Sant’Ana (2005), para que haja o sucesso da educação inclusiva são necessárias reformas nas práticas pedagógicas: a adoção de novos conceitos e estratégias, como a educação cooperativa; a adaptação ou (re)construção de currículos; o uso de novas técnicas e recursos específicos adaptados a cada deficiência; a criação de novos indicadores de avaliação; o estímulo à participação de pais e da comunidade no meio educacional, principalmente a do primeiro. Os pais precisam participar do processo de educação de seus filhos analisando cada parte do sistema e fazendo na medida certa as críticas essenciais ao enriquecimento do sistema.

Outra feição em relação a inclusão escolar e que reafirma o que foi dito acima diz respeito a própria escola, que segundo Thomas, Walker e Webb (*apud* SANCHES; TEODORO, 2006) deve refletir a própria comunidade como um todo, não selecionando, não excluindo e nem rejeitando seu alunado; não pode haver barreiras arquitetônicas e educacionais, os currículos e métodos

devem ser adaptados aos novos sujeitos embasando suas práticas em aspectos democráticas promovendo assim, a equidade.

Numa escola inclusiva, segundo Sanches e Teodoro (2006), a heterogeneidade do grupo não é motivo de preocupação, configura-se em um desafio a criatividade e ao profissionalismo dos educadores, gerenciando o surgimento de novas visões, práticas e políticas educativas.

Para esses autores, ao tratar da educação inclusiva, não se pode perder de vista o seu público alvo: os oprimidos, vulneráveis, aqueles que a história demonstra que são empurrados para as margens da sociedade, sem voz e nem vez e para os quais são formuladas diversas leis que visam a garantia de seus direitos.

Falar de educação inclusiva é falar ainda do aprendizado compartilhado quando se mescla alunos com e sem deficiência. Sanches e Teodoro (2006) dizem ainda que há uma propagação no aprendizado quando se trabalha com um grupo heterogêneo, o aprendizado é recíproco, desenvolvendo com isso outras qualidades, como a solidariedade. Devido a isso, o ensino de alunos com deficiência deve ocorrer no interior da classe comum, mesmo que esse aluno tenha a necessidade de receber algum tipo de reforço e a escola pública deve proporcionar a devida acessibilidade a esses alunos, no caso do(a) aluno(a) surdo, o profissional intérprete de Libras e o atendimento educacional especializado.

A Educação Inclusiva envolve a compreensão do papel importante dos diferentes graus de dificuldade e de complexidade que confrontam os professores e os alunos no processo de aprendizagem, desafiando os educadores a serem criativos e provocarem a ruptura com ideias e juízos de valores preconcebidos, rompendo as representações minimizadas que se tem dos alunos com deficiência.

O ser humano é ser de convivência, de conexão, de trocas de experiências e essas trocas quando realizadas de qualquer forma não há aprendizado, e o reconhecimento de si como parte do processo social fica comprometido. É justamente essa má formação que ocorre com o surdo, uma vez que não consegue acompanhar o ritmo de interação que existe entre ouvintes. E por isso, vive grande parte da vida sem a formação básica, caseira, que não satisfaz as exigências demandadas na comunidade, isolando-o cada vez mais do meio social.

Com a análise das concepções de integração e inclusão, cabe realizar uma diferenciação direta e precisa dos termos a partir de seus objetivos que serão encontrados em Mantoan (2005, p.18), “o objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído, e o mote da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar”.

Assim, integração e inclusão devem ter seus conceitos diferenciados para que a análise da Política de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão, à nível federal, estadual e municipal seja realizada com êxito. Nesse sentido, às análises partiram, em primeiro lugar, da LDB e em outro momento da política empregada no âmbito local. Sendo que a edição da LDB de 2010 possui um capítulo que trata acerca da educação especial, embora já fosse estabelecida o acesso de pessoas com deficiência as instituições de ensino na Constituição Federal de 1988.

No Capítulo V a educação especial é conceituada da seguinte forma: “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores¹ de necessidades especiais” (BRASIL, LDB, 2010, [s.p.]). Algo positivo em relação a isso é o fato de se ver a educação especial enquanto modalidade de ensino e que esse ensino é obrigatoriamente ofertado nas escolas comuns da rede regular. Entretanto, como ponto negativo,

1 Termo abolido, pois a deficiência não é algo que possa se portar e retirar em determinado momento, o termo aceito atualmente é pessoa com deficiência ou com necessidades especiais (SASSAKI, 2010).

A SUBJETIVIDADE DOS ENTRAVES NA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR

podemos destacar o fato dessa inclusão muitas vezes não ser vivenciada na prática, ainda se apresentando como um desafio promover efetivamente essa inclusão do aluno com surdez na sala regular.

A característica de “portadores de necessidades especiais” atribuída as Pessoas com Deficiência - PCD's, de acordo com Mantoan (2005) dificulta a distinção entre o modelo médico-pedagógico e o modelo educacional-escolar que disputam um lugar nessa modalidade de ensino. Essa falta de clareza, de definição de métodos de ensino faz retroceder todas as iniciativas que visam à adoção de posições inovadoras para a educação de alunos com deficiência.

Problemas conceituais, desrespeito a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, reduzindo-a unicamente à inserção de alunos com deficiência no ensino regular [...] (MANTOAN, 2005, p.20).

A imprecisão presente nos textos legais acentua ainda mais as contradições do sistema educacional e provocam um retrocesso das iniciativas que visam o progresso da educação das PCD's, convivendo-se com avanços e retrocessos impostos por algumas leis brasileira.

Mazzotta (2005), afirma que há uma certa preocupação em relação ao uso de termos pela LDB, isso ocorre quando assegura um ensino “preferencialmente na rede regular”. O termo gera equívocos quando diz que: o ensino pode ser dentro da escola regular, porém não necessariamente na classe comum, já que algumas escolas interpretam a inclusão como a oferta de ensino dentro de classes especiais que são colocadas em seu interior e que utilizam as mesmas práticas pedagógicas de instituições especializadas.

O § 2º do art. 58 da LDB, a partir da análise de Mazzotta (2005), define que a educação escolar deve desenvolver-se em instituições próprias sempre que as condições do aluno não permitirem a sua inserção no sistema regular de ensino. O pior ocorre, segundo Mantoan (2005), quando não se consente a PCD's ou a seus pais a opção de escolha, limitando-os a restringir-se ao sistema especializado que é imposto pela escola ou pela própria rede de ensino.

Num sistema inclusivo, as singularidades ou especificidades do educando não pode ser justificativa para segregá-lo em instituições especializadas, mas devem ser compreendidas para que se possam propor alternativas e novos métodos de ensino que valorize suas potencialidades. E é o Estado enquanto protetor social que tem a responsabilidade de criar e programar as condições necessárias para que haja a inclusão, adequando-se as necessidades de cada indivíduo.

A LDB deixa uma lacuna em relação a garantia da acessibilidade, um dos principais aspectos da inclusão social. De acordo com Mantoan (2005), para que haja a inclusão escolar é imprescindível que os estabelecimentos de ensino eliminem barreiras arquitetônicas e adotem práticas de ensino apropriadas às diferenças de seus alunos, além dos recursos e equipamentos especializados que atendam a todas as necessidades educacionais dos educandos, com ou sem deficiências, sem discriminações. Deve-se ficar claro que os recursos utilizados como, o suporte técnico como o intérprete ou instrutor de língua de sinais para os surdos, o acesso a materiais em braille ao cego e tecnologias assistivas para melhorar o desempenho dos estudantes com as mais variadas deficiências, claro que tudo isso não substitui o papel do professor na sala de aula, porém o(a) aluno (a) com deficiência necessita desse amparo para ter acesso ao ensino de forma acessível e com equidade. Essa última afirmativa é encontrada no art. 59 da LDB, reafirmando a responsabilidade do Estado no provimento das condições que asseguram a inclusão.

A garantia de professores especializados nos diferentes níveis de ensino é assegurada ao educando através do art. 59 da LBD e ainda, para que este aspecto seja concretizado, todos os

níveis dos cursos de formação de professores devem ter seus currículos modificados, de modo que os atuais alunos e futuros educadores aprendam práticas de ensino adequadas às diferenças. Não só os cursos acadêmicos, mas o próprio sistema de ensino em geral deve ser modificado.

Diante de tais necessidades especiais educacionais, o papel do professor é de suma importância na educação inclusiva, visto que o professor é a “autoridade competente, direciona o processo pedagógico, interfere e cria condições necessárias à apropriação do conhecimento” (GAZIM *et al.*, 2005, p. 51). O professor é o mediador entre o aluno e o conhecimento e cabe a ele promover situações pedagógicas em que os alunos com necessidades educacionais especiais superem o senso comum e avance em seu potencial humano afetivo, social e intelectual, quebrando as barreiras que se impõem.

Os professores precisam pensar na educação como um todo, conforme destaca Farfus (2008, p. 30):

A articulação entre os educadores é urgente, pois existe a necessidade de uma redefinição do papel do professor e de sua forma de atuar, no pensamento sistêmico. É necessário pensar na aprendizagem como um processo cooperativo e de transformação que proporcione a formação de alunos inseridos no mundo, E não mais em apenas uma comunidade local. Finalmente pensar na educação em relação aos aspectos da ética, da estética e da política; a educação fundamentada em um ideal democrático.

Um dos fatores primordiais para uma proposta inclusiva em sala de aula é que os professores mudem a visão incapacitante das pessoas com necessidades educacionais especiais para uma visão pautada nas possibilidades, elaborando atividades variadas, dando ênfase no respeito às diferenças e às inteligências múltiplas.

Fato é que as instituições escolares de ensino regular, ao reproduzirem constantemente o modelo tradicional, não demonstram condições de responder aos desafios da inclusão escolar e do acolhimento às diferenças e muito menos de promover aprendizagens necessárias à vida em sociedade (MONTANO; PIETRO, 2006). Para a educação oferecida por essas instituições seja possível:

O professor precisa organizar-se com antecedência, planejar com detalhes as atividades e registrar o que deu certo e depois rever de que modo as coisas poderiam ter sido melhores. É preciso olhar para o resultado alcançado e perceber o que “todos” os alunos estão se beneficiando das ações educativas (MINETTO, 2008, p.101).

Concordando com a citação acima, os profissionais que buscam uma ação educativa, devem estar atentos às diversidades de seus alunos, procurando exercer seu papel de maneira justa e solidária, pautado no respeito mútuo, eliminando todo e qualquer tipo de discriminação com o intuito de formar cidadãos conscientes para o convívio com as diferenças. Não obstante, “a parceria com a família e outros profissionais é fundamental para o bem-estar do(a) aluno(a) com necessidades educacionais especiais assim como para o seu sucesso acadêmico” (SILVA, 2012, p. 153).

Por tanto, temos muitos desafios a enfrentar para atingir a educação com direito de todos, sem distinção, pois esse direito não pode de maneira alguma ser traduzido como cumprimento da obrigatoriedade de matrícula e manter os estudantes com necessidades educacionais especiais em classes comuns sem que se ofereçam o mínimo necessário para sua acessibilidade ao processo de ensino e aprendizagem. A integração escolar tinha como objetivo ajudar pessoas com deficiência a obter uma experiência tão próxima ao normal, já a inclusão escolar conforme Sasaki (2010)

significa promover uma modificação como pré-requisito para que qualquer pessoa busque seu desenvolvimento e exerça a cidadania.

METODOLOGIA

Essa pesquisa trata-se de um estudo de caráter exploratório e descritiva de abordagem qualitativa. Baseado em Vergara (2005), pode-se considerar o tipo de pesquisa empregada, no que tange a seu fim, ou do ponto de vista dos objetivos como uma pesquisa de cunho exploratório, porque este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007).

É uma pesquisa qualitativa por caracterizar-se pelo seu caráter descritivo, indutivo, particular e a sua natureza heurística pode levar à compreensão do próprio estudo. Fava-de-Moraes e Fava (2000, p. 11) referem-se à abordagem qualitativa como “[...] uma metodologia de investigação que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais”. Para estes autores, esta abordagem tende a assumir um forte cunho descritivo e interpretativo.

Contudo, a análise bibliográfica auxiliou e possibilitou um maior entendimento do tema em estudo, pois também se trata de um trabalho bibliográfico, sendo este desenvolvido a partir de material já elaborado relacionado ao tema em estudo que teve como base fundamental conduzir o leitor a determinado assunto e utilização das informações coletadas para o desempenho da pesquisa.

A pesquisa foi realizada em uma escola da rede pública estadual de ensino, situada no bairro Parque de Exposição na cidade de Picos, que foi escolhida por ter uma quantidade significativa de alunos com surdez que tem enfrentado dificuldades para se adequar ao ensino regular. Os sujeitos participantes desse estudo foram 3 professores e 2 alunos surdos do ensino médio da referida escola, a fim de que estes pudessem esclarecer quais os principais entraves encontrados na inclusão de alunos com surdez no ensino regular.

Para a coleta de dados, o instrumento utilizado nesse estudo foi o questionário com questões subjetivas aplicados aos professores e aos alunos surdos em torno do tema e que permitiu identificar os entraves existentes. Os alunos responderam o questionário escrito com a ajuda do suporte técnico do intérprete de Libras, pois ele foi aplicado na escola no momento que todos estavam presentes.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Resultados da pesquisa com os docentes

Com a aplicação do questionário aos professores da escola pesquisada, discutiu-se com esses profissionais qual a área de formação destes e a quanto tempo exercem essa função, os docentes informaram que sua formação é em Língua Portuguesa, outro é formado em Química e outro formado em Filosofia e todos atuam há mais de dez anos como professores. Os docentes aqui foram nomeados por A, B e C que por questões éticas e respeitando seu direito ao anonimato.

A referida escola conta atualmente com dois alunos com surdez matriculados. Então, questionou-se a estes docentes se a surdez restringe o aprendizado do aluno, de modo que os docentes A e C afirmam que sim, acrescentando que sem o suporte técnico, o intérprete de Libras,

os alunos não conseguem acompanhar o conteúdo trabalhado, já o docente B afirma que não, pois compreende o que afirma Montoan (2005) que diz que o aluno surdo é um ser humano capaz, mas a instituição de ensino deve estar apta a reconhecer a diversidade e a fazer com que o educando seja atendido de acordo com suas necessidades educacionais.

Quando indagados sobre o processo de inclusão na escola dos alunos com surdez e se esta inclusão acontece de fato na prática, os docentes A e B informam que são a favor deles na escola regular, desde que tenham o suporte técnico, o intérprete de Libras, para que possam acompanhar e se saírem bem nas avaliações. O professor C diz que:

A inclusão escolar é uma grande conquista da educação brasileira, no entanto, essa inclusão não se efetiva na construção de propostas pedagógicas, organização escolar e preparação apropriada para os professores do ensino regular receber alunos surdos em classes comuns (PROFESSOR C).

Percebemos que nas opiniões dos professores se encaixam exatamente com o que rege a LDB e de acordo com os estudos de Silva (2012) e Montoan (2005), quando ressaltam sobre ser imprescindível para inclusão escolar que os estabelecimentos de ensino eliminem barreiras arquitetônicas e adotem práticas de ensino apropriadas às diferenças de seus alunos, além de disponibilização dos recursos e equipamentos especializados que atendam a todas as necessidades educacionais dos educandos surdos.

Quando questionados se a instituição oferece ou ofereceu capacitação aos professores para trabalhar com alunos surdos, os três professores afirmaram que não, pois, não lhes são ofertadas capacitações, apenas o suporte técnico do intérprete ou instrutor de libras que a legislação defende como obrigatório, caso a escola não possua professores bilíngues. Assim procedemos com a questão afirmando que se o critério da legislação está sendo atendida, a escola está adequando-se à lei, o que não a obriga fazer mais, mas também não a impede de disponibilizar mais recursos favoráveis ao pleno desenvolvimento dos discentes surdos.

Em seguida, questionou-se a estes docentes se na escola existe algum tipo de classe especial e se estes acham necessário. Em relação a primeira questão, os três professores responderam que não tem. Sobre a necessidade de uma classe especial, o professor A diz que *“esse espaço não é necessário por conta dos surdos, só se houvesse outro tipo de necessidade”*. O professor B acrescenta *“não há necessidade. Até o momento estamos conseguindo desenvolver nosso trabalho”*. E o professor C afirma: *“não há nem nunca foi feito esforço para criar. Fazemos o que podemos para incluir os alunos na sala comum”*. Pode-se perceber que os professores estão conformados com a forma de inclusão existente na escola, uma vez que todos afirmaram categoricamente não haver necessidade.

Quando se questionou aos docentes se existe algum aspecto em que a escola inclusiva precisa melhorar, os três docentes afirmaram que sim. O professor A diz que: *“Se a escola tivesse o material didático adaptado para o surdo seria melhor”*. Professor B: *“Acho que poderiam promover capacitações para os professores ajudar mais os alunos”* e o professor C complementa que: *“A escola regular falta de tudo um pouco, por isso ainda não temos a inclusão satisfatória. Já é uma vitória termos o suporte técnico, o intérprete de Libras”*.

Assim, compreendemos que o problema está associado a uma má gestão dos recursos na escola pública, pois se a escola não conta com a capacitação continuada na área de educação especial e de recursos materiais didáticos para o repasse dos conteúdos, tudo isso, conseqüentemente dificulta a aprendizagem e a inclusão do aluno com surdez.

Resultados da pesquisa com discentes surdos

O questionário foi aplicado a dois alunos surdos da escola regular pesquisada, aos quais nomeia-se A e B, por questões éticas e respeitando o direito dos discentes ao anonimato. A aplicação do questionário teve a ajuda do intérprete de Libras lotado na escola que pelas mesmas razões não terá seu nome divulgado. Ressalta que os alunos responderam ao questionário de próprio punho e assim obteve-se os seguintes dados.

Foi questionado a esses discentes se lhes é concedido o apoio que eles precisam para sua aprendizagem, o aluno A respondeu “sim, eu já aprendi muita coisa”. Já o aluno B afirmou que “aqui na escola a presença do suporte técnico, o intérprete de Libras é importante, mas era bom se a escola disponibilize outros recursos”. Nessas respostas pode-se afirmar que não dá pra discutir a contento se a situação da aprendizagem realmente é alcançada, sendo que diante de 2 aluno surdos, um afirma que sim e o outro diz que não, então temos um contexto incerto, inseguro, onde pode ocorrer aprendizagem ou não.

Indagou-se aos discentes se eles sentem dificuldades na sala de aula no momento da aprendizagem. O aluno A respondeu que “sim, porque os professores não conhecem a Língua de Sinais, e tudo tem que ensinar é o interprete e não sabe explicar direito”. O aluno B diz: “Sim. A aula passa rápido e não acompanha direito”. Aqui vê-se que os alunos estão insatisfeitos com a aprendizagem, pois não conseguem acompanhar o ensino, nem se sentem em desenvolvimento com aprendizado, quando o aluno B diz que a aula passa rápido é devido ao fato de estudarem no período noturno, horário que as aulas são mais curtas em relação as aulas diurnas.

Foi questionado aos discentes se a escola disponibiliza recursos pedagógicos para o desenvolvimento da sua aprendizagem. O discente A afirmou que “tem sim, o professor traz livros com desenhos para facilitar”. E o discente B diz que “acho que sim. O material que uso é bom e eu aprendo”. Os alunos apenas respondem o que entendem ser material didático, não possuem conhecimento de todos os materiais que poderiam ser utilizados nas aulas. Aqui encontramos uma contradição em relação as repostas dadas pelos professores sobre o aspecto em que a escola inclusiva precisa melhorar, pois os professores A e C citaram que há carência desses materiais e o professor B destacou que falta capacitação na área para atender adequadamente seus alunos.

Indagou-se se os discentes recebem atendimento educacional especializado. O aluno A afirmou que “a escola não dispõe de atendimento diferente para alunos surdos”. E o aluno B: “aqui eu fico na sala junto com todos, não sou tratado diferente”. Neste quesito pode-se entender que os alunos surdos não acham ruim o fato de não ter um atendimento educacional especializado, pois eles não se sentem excluídos, pois são tratados como os demais alunos, o que nos leva a acreditar que está acontecendo a inclusão de fato.

Questionou-se aos discentes, se para se comunicarem em sala de aula eles têm dificuldades. Ambos discentes afirmaram que sim. O discente A diz: “os colegas, os professores e os funcionários, todos não têm conhecimento da língua de sinais e eu não entendo muito as coisas”. O discente B mencionou que “eu não consigo saber o que os colegas falam as vezes, e não sei responder direito, só quando o intérprete explica”.

Com essas respostas, fica explícita a ideia de que há inclusão por sentirem-se iguais aos outros na questão anterior, porém é prejudicada nos diálogos diários, uma vez que não são compreendidos por não saberem responder direito, o que marca uma contradição na inclusão, se não há uma comunicação efetiva, não haverá interação nem aprendizagem correta, apenas uma interação social com diferenças linguísticas prejudicadas, conseqüentemente, como esses alunos estão em fase de conclusão do ensino básico, com essas dificuldades de comunicação, não poderão chegar a um curso superior preparados para uma interação social mais inclusiva e

de concretização da luta por esse direito constitucional que é de prosseguimento nos seus estudos acadêmicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve a intenção de discutir sobre a importância da inclusão de alunos surdos no ensino regular, pois muito ainda falta para chegar ao aprendizado linguístico e ao seu desenvolvimento escolar, por isso o trabalho foi intitulado de entraves da inclusão escolar.

Os professores necessitam muito de uma formação continuada de qualidade para que a inclusão aconteça, assim o aluno surdo terá um acompanhamento mais eficaz e poderá viver em sociedade, desenvolvendo suas habilidades. Os alunos surdos necessitam de metodologias adequadas, e cabe aos professores fazerem uso da Língua de Sinais (Libras) e de estratégias condizentes com suas especificidades para que a aprendizagem e a inclusão de fato aconteçam.

No início dessa pesquisa, elencou-se o objetivo de identificar as principais dificuldades que os alunos surdos encontram em sua inclusão escolar no ensino regular, ao que obteve como principal dificuldade a comunicação, tanto por falta de conhecimento da Libras dos professores como dos alunos, colegas de sala de aula, outra dificuldade encontrada foi a falta de materiais pedagógicos mais apropriados para ajudar no processo ensino aprendizagem.

Em relação as principais políticas educacionais destinadas à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular, constatou-se que a política presente na escola analisada se resume apenas na contratação do profissional intérprete de Libras e nada mais. Qualquer outra atividade desenvolvida fica a critério dos professores que planejam suas aulas de modo a atender a todo alunado, sem pensar em meios ou recursos de tecnologias assistivas que possam auxiliar os alunos surdos no entendimento dos conteúdos ensinados.

Como sugestão de estratégias para inclusão do aluno surdo na sala regular de forma a contribuir para a efetiva aprendizagem, após uma visita onde reuniu-se os três professores que trabalham com os alunos surdos, foi sugerido o material de apoio adquirido na própria escola – Dicionário Bilíngue do Capovilla – como forma de pesquisa e aprofundamento pessoal de cada um. Sendo que os profissionais não devem esperar apenas pela escola, mas cada um pode contribuir da sua maneira, buscando aprender também a Libras através de cursos de idiomas ou de uso de aplicativos disponibilizados pelas lojas do aparelho celular, além de pesquisas na internet de metodologias adaptadas para a inclusão do aluno surdo na sala regular.

Nota-se segundo os autores estudados que a efetiva inclusão escolar do ser humano com surdez depende do trabalho com seriedade e profissionalismo desenvolvido nas escolas e, a partir da interação com outros indivíduos, isso inclui o ambiente onde se encontram inseridos e das pessoas com quem se convive, sendo aspectos imprescindíveis para o processo de desenvolvimento. Por isso, é recomendável uma inclusão não só do sujeito surdo, mas de toda a comunidade escolar. Quer dizer, ainda existe muito caminho a percorrer para que se atinja o pleno desenvolvimento do aluno com surdez.

Este estudo foi de suma importância para a atuação profissional, pois a pesquisa ampliou o conhecimento sobre a inclusão e a importância para o desenvolvimento da linguagem dos alunos com surdez, é evidente que ainda é necessário muito estudo na área, investimento na formação dos professores e de materiais didáticos que atendam melhor essa clientela.

Acredita-se que novas pesquisas possam acontecer e envolver um maior número de professores e escolas para uma melhor avaliação sobre a inclusão do aluno com surdez não apenas no ensino regular, mas em toda a sociedade.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 12 jul. 2018.

FARFUS, D. **Organização pedagógica dos espaços educativos**. Disciplina: Organização Pedagógica Espaços Educativos do curso de Pedagogia EaD da FACINTER. Curitiba: [S.n.], 2008.

FAVA-DE-MORAES, F.; FAVA, M. A iniciação científica: muitas vantagens e poucos riscos. **Perspectiva**, São Paulo, v.14, n.1, p. 73-77, 2000.

GAZIM, E. *et al.* Tendências pedagógicas brasileiras: contribuições para o debate. **Revista Chão da Escola**. Curitiba, n. 4, p. 41-52, out. 2005

MANTOAN, M. T. E. **A Integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 2005.

MANTOAN, M. T. E; PRIETO, R. G. **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. Valeria Amorim Arantes (org.). São Paulo: Summus, 2006.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil**: História e políticas públicas. 5. ed., São Paulo: Cortez, 2005.

MINETTO, M. F. **O currículo na educação inclusiva**: entendendo esse desafio. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

SANCHES, I.; TEODORO, A. Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. **Revista Lusófona de Educação**, n. 8, p. 63-83, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n8/n8a05.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2018.

SANT'ANA, Izabella Mendes. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a09.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2018.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SILVA, Aline Maira da. **Educação especial e inclusão escolar**: história e fundamentos. Curitiba: InterSaberes, 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2005.